

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Colocamos à disposição de V.S.as o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

1. DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE

A receita líquida consolidada para os mercados, nacional e internacional em 2016, foi de R\$ 547,6 milhões, menor em 8,6% em relação aos R\$ 599,2 milhões de 2015, principalmente pelos reflexos da desaceleração da economia no mercado interno.

O resultado líquido das operações continuadas consolidado da Companhia em 2016 foi de R\$16,4 milhões de prejuízo, contra um resultado de R\$ 56,6 milhões de lucro em 2015.

2. DESEMPENHO INDUSTRIAL

O ano de 2016 foi marcado pela consolidação dos investimentos em equipamentos com tecnologia de ponta realizados em 2015 e a maturação do processo produtivo com o objetivo de aumentar a eficácia operacional, além da capacidade de produção em grandes formatos.

3. MARKETING

A participação em feiras e eventos é fundamental para promover os novos produtos com uma eficiente exposição, englobando produto, preço, distribuição e comunicação, além de fortalecer o relacionamento com clientes e fornecedores. A Cecrisa participa das seguintes feiras e eventos, expondo produtos da marca Cerâmica Portinari:

- ◆ Expo Revestir – São Paulo – SP.
- ◆ Cerâmica Portinari In Mostra - Bologna, Itália.
- ◆ Cerâmica Portinari In Mostra – São Paulo - SP.
- ◆ Coverings – Estados Unidos.
- ◆ Tiles Fair SGDB 2016 – Lille, França.

Além disso, apoia arquitetos na principal mostra de decoração do país, a Casa Cor, em diferentes estados.

4. INOVAÇÃO E DESIGN

Nosso portfólio é amplo e evidencia a tendência dos grandes formatos. A variedade de produtos oferece soluções para pessoas que amam suas casas e seus espaços de viver. Em 2016, foram

lançadas 17 novas coleções entre porcelanatos, paredes e vidros da marca Cerâmica Portinari. O ano de 2016 representou uma renovação de aproximadamente 20% do portfólio de porcelanatos e paredes.

5. PRÊMIOS

Devido ao comprometimento do time de colaboradores, ao bom relacionamento com os clientes e comunidade em geral, bem como o compromisso social, sustentável e com a inovação e design de seus produtos, a empresa foi premiada em diferentes segmentos, dentre os quais destacamos:

- ◆ **Revista Exame** - Maiores e Melhores de 2016: A Cecrisa S.A está pela oitava vez consecutiva na Revista Exame “Melhores e Maiores” – como uma das maiores empresas de Revestimentos Cerâmicos do País. Em 2016 ficou na posição 787.
- ◆ **Revista Amanhã** – 500 Maiores do Sul: A nossa empresa está entre as 500 empresas maiores do sul do Brasil de acordo com a Revista Amanhã. O ranking empresarial é focado na região sul e utiliza como critério de classificação o Valor Ponderado de Grandeza. Em 2016 a Cecrisa ficou na 181ª posição e foi premiada em três categorias: Líderes de Santa Catarina, empresas mais rentáveis no setor Material de Construção, e no Indicador Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido.
- ◆ **Prêmio Best In Show:** A Cerâmica Portinari ganhou o prêmio Best In Show 2016, na categoria de melhor revestimento para parede com o porcelanato Giardino Decor da Coleção Giardino. O prêmio foi entregue no último dia da Feira Expo Revestir 2016 por uma iniciativa da Anfacer. O júri foi composto de jornalistas dos principais veículos de comunicação do setor de design e decoração do país.
- ◆ **Selo da Qualidade para Porcelanato – Anfacer:** Os porcelanatos da Cerâmica Portinari, que são certificados pela norma ABNT NBR 15463, possuem o selo da qualidade para porcelanato. Este selo é uma iniciativa da Anfacer para orientar o consumidor final na hora da escolha.
- ◆ **PSQ** - Os produtos da Cerâmica Portinari receberam o atestado de qualificação no PSQ – Programa Setorial de Qualidade - na categoria “Placas Cerâmicas” do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-h). O PBQP-h é um programa do Governo Federal que tem como meta organizar o setor da construção civil e ainda modernizar e melhorar a qualidade dos produtos e serviços utilizados nos empreendimentos.

6. GERAÇÃO DE CAIXA

A geração de caixa das atividades operacionais (EBITDA) da Companhia em 2016 foi de R\$ 85.863 mil (inferior a de 2015 em 47,5%), sendo esta redução, fortemente impactada pelos reflexos dos créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados, reconhecidos em 2015, no montante de R\$ 61.936.

Consolidado			
EBITDA	2015	2016	Var.(%)
Receita líquida de vendas	599.220	547.624	-8,6%
Lucro bruto	197.712	150.092	-24,1%
(-) Despesas operacionais	(50.366)	(81.790)	62,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	147.346	68.302	-53,6%
(+) Depreciação/Amortização	16.223	17.561	8,2%
(=) Ebitda das operações continuadas	163.569	85.863	-47,5%
% da receita líquida	27,3%	15,7%	-11,6 p.p.

7. BALANÇO SOCIAL

Dentre as ações realizadas pela Companhia em 2016, destacam-se:

a) Recursos humanos

A área de Recursos Humanos tem seus objetivos claramente definidos, dedicando-se com afinco para alcançar os resultados estabelecidos. A intenção estratégica é nítida e clara por todo o Time:

- Ter as melhores pessoas, que constroem os melhores processos, para fazer o melhor ambiente de trabalho.
- Atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais do mercado.
- Agir no sentido que as dimensões econômica, social e ambiental estejam sempre em equilíbrio, respeitando a vida, gerando resultados e buscando excelência em saúde e segurança.

Em 2016 várias foram as ações realizadas em gestão de pessoas, entre essas, a forte atuação das Oportunidades Internas, priorizando primeiro nossos talentos e o Calendário de Eventos alinhado com todas as unidades da Companhia. Também, elaboramos e executamos a maior Pesquisa de Clima interna dos últimos anos, envolvendo 100% dos profissionais, onde a partir da análise dos dados as ações de melhoria serão desdobradas e monitoradas em 2017.

A Companhia promoveu também uma série de iniciativas e programas dentre os quais destacamos o Programa Compartilhando Conhecimento que teve início em 2016, que além de levar conhecimento aos nossos profissionais, promoveu a integração entre diversas áreas. Realizamos também a certificação dos Supervisores Industriais que participaram do Programa de Líderes, tornando-os aptos para exercerem a liderança de forma eficaz, dentro dos nossos valores. Seguimos com o foco na área de Segurança do trabalho com o programa Segurança em Ação e os comitês de organização e limpeza das fábricas que trouxeram inúmeros benefícios para o ambiente fabril. O programa denominado como Time de Donos, que é porta de entrada da empresa para estagiários, Jovens Talentos e Talento Executivo, tem como objetivo identificar, atrair e desenvolver talentos para organização, realizou a formação de 3 turmas durante o ano. Estas ações nos tornam um time melhor, com mais diversidade e onde muitos têm oportunidade de crescer.

b) Relações com a comunidade

A Cecrisa tem a responsabilidade social como um de seus valores fundamentais. É engajada em contribuir para uma sociedade mais justa, participando ativamente de atividades sociais, educativas, esportivas e culturais.

Entre as ações de 2016, estão:

- ◆ Reformas de instituições carentes em parceria com clientes.
- ◆ Programa interno “Juntos por Nossos Filhos” - que presta assistência a filhos de funcionários com necessidades especiais.
- ◆ Leilão beneficente de pinturas sobre cerâmica junto ao Projeto Amplitude, ONG de São Paulo que cuida de crianças carentes com autismo.
- ◆ Apoio mensal a instituições de caridade.
- ◆ Programa de voluntariado realizado por funcionário em instituições carentes.
- ◆ Campanhas de arrecadação de alimentos, agasalhos, fraldas.
- ◆ Curso de cerâmica gratuito para a comunidade, garantindo emprego aos melhores alunos.
- ◆ Projeto primeiros passos que oportuniza primeiro emprego para filhos de profissionais.
- ◆ Projeto Árvore da Solidariedade, que presenteia crianças carentes no natal.

c) Meio ambiente

A Cecrisa atua no seu cotidiano com os princípios da Sustentabilidade, equilibrando as dimensões econômica, social, ambiental para garantir a qualidade do meio em que está inserida.

O investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas formulações, garante que façamos mais com menos, através do reaproveitamento de rejeitos do processo produtivo na formulação da massa cerâmica. Pensando nas gerações futuras, há investimento em tecnologias de ponta, uso de técnicas adequadas e equipamentos, garantimos assim a minimização dos nossos impactos ambientais sobre o meio ambiente e circunvizinhança.

Das principais atividades realizadas no decorrido ano podemos citar:

- ◆ Gerenciamento e destinação adequada de todos os resíduos sólidos gerados no processo produtivo.
- ◆ Reaproveitamento de rejeitos de processo na formulação de novos produtos, reduzindo consumo de matérias primas virgens e redução do consumo de energia na produção.
- ◆ Tratamento das emissões atmosféricas utilizando-se filtros lavadores de gases e filtros de manga;
- ◆ Investimentos em estações para tratamento dos efluentes líquidos;
- ◆ Trabalhos para otimização dos processos de tratamento de efluentes, operando com o circuito fechado de reaproveitamento, reduzindo desta forma a dependência de recursos hídricos externos.
- ◆ Atendimento do plano de monitoramento das emissões atmosféricas, recursos hídricos e recursos naturais evitando impactos à circunvizinhança das unidades industriais;
- ◆ Investimento em sistema de retirada de cinza a seco na etapa de atomização de matérias primas. Permite economia de recursos financeiros, hídricos e energéticos ao processo;

- ◆ Priorização e controle dos aspectos e minimização dos impactos gerados no processo produtivo;
- ◆ Aplicação permanente dos dispositivos de gestão ambiental baseados na NBR ISO 14.001, respeitando as legislações ambientais vigentes;
- ◆ Renovação do certificado de Leadership in Energy and Environmental Design – LEED, contribuindo para construções sustentáveis.

A Companhia demonstra o compromisso com o meio socioeconômico ambiental, respaldada nos seus valores e na responsabilidade frente ao mercado, clientes e comunidade.

A ADMINISTRAÇÃO

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	48.120	13.912	48.183	14.456
Clientes	7	107.819	129.249	109.078	130.576
Bancos contas vinculadas	6	3.929	11.011	3.929	11.011
Estoques	8	123.524	152.321	124.012	152.808
Impostos a recuperar	9	47.263	5.104	47.284	5.116
Outras contas a receber		12.763	13.874	12.763	13.874
		343.418	325.471	345.249	327.841
Total ativo circulante					
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	6	1.284	1.107	1.284	1.107
Clientes	7	1.123	494	1.123	494
Impostos diferidos	11	-	-	2.110	2.109
Impostos a recuperar	9	7.309	16.070	7.309	16.070
Créditos com terceiros	10	34.884	30.386	34.884	30.386
Depósitos judiciais	20	4.184	3.661	4.188	3.664
Outras contas a receber		100	-	100	-
Investimentos	13	4.318	4.343	465	463
Imobilizado	14	367.140	368.161	367.140	368.161
Intangível	15	24.009	21.223	24.009	21.223
		444.351	445.445	442.612	443.677
Total do ativo não circulante					
		787.769	770.916	787.861	771.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	149.322	155.024	149.322	155.024
Debêntures	17	3.869	41.608	3.869	41.608
Fornecedores		88.266	118.492	89.126	119.692
Cessão de crédito fornecedores	18	4.831	17.357	4.831	17.357
Obrigações sociais		20.397	21.190	20.397	21.190
Obrigações tributárias	19	37.219	42.254	37.235	42.325
Adiantamentos de clientes		11.639	15.309	11.639	15.309
Outras obrigações		9.117	9.871	9.123	9.872
Total passivo circulante		324.660	421.105	325.542	422.377
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	86.094	106.066	86.094	106.066
Debêntures	17	93.562	64.761	93.562	64.761
Fornecedores		4.628	2.300	4.628	2.300
Adiantamentos de clientes		2.021	1.242	2.021	1.242
Impostos diferidos	11	18.643	31.086	18.643	31.086
Empréstimos com partes relacionadas		790	670	-	-
Obrigações tributárias	19	154.908	67.003	154.908	67.003
Provisões para contingências	20	14.452	13.246	14.452	13.246
Outros		4.103	5.610	4.103	5.610
Total passivo não circulante		379.201	291.984	378.411	291.314
Total do passivo		703.861	713.089	703.953	713.691
Patrimônio líquido					
Capital social	21	249.981	199.981	249.981	199.981
Reserva de capital		66.004	66.004	66.004	66.004
Ajuste acumulado de conversão		86	139	86	139
Prejuízos acumulados		(232.163)	(208.297)	(232.163)	(208.297)
Total do patrimônio líquido		83.908	57.827	83.908	57.827
Total do passivo e do patrimônio líquido		787.769	770.916	787.861	771.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015 reapresentado	2016	2015 reapresentado
Receita operacional líquida	23	545.480	596.634	547.624	599.220
Custo dos produtos vendidos	24	(395.823)	(399.876)	(397.532)	(401.508)
Lucro bruto		149.657	196.758	150.092	197.712
Despesas comerciais	24	(76.679)	(76.402)	(76.836)	(76.552)
Despesas gerais e administrativas	24	(31.445)	(26.628)	(31.474)	(26.780)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	26.556	53.136	26.520	52.966
Equivalência patrimonial	13	25	(3.194)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		68.114	143.670	68.302	147.346
Receitas financeiras	26	67.339	50.012	68.394	51.507
Despesas financeiras	26	(161.143)	(108.569)	(162.372)	(109.955)
Lucro antes dos impostos		(25.690)	85.113	(25.676)	88.898
Impostos diferidos	27	9.278	(5.513)	9.280	(9.191)
Impostos correntes	27	-	(22.980)	(16)	(23.087)
Resultado líquido das operações continuadas		(16.412)	56.620	(16.412)	56.620
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	29	(7.454)	911	(7.454)	911
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(23.866)	57.531	(23.866)	57.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(23.866)	57.531	(23.866)	57.531
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes	(53)	124	(53)	124
Resultado abrangente do exercício	(23.919)	57.655	(23.919)	57.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	199.981	66.004	15	(265.828)	172
Ajuste acumulado de conversão	-	-	124	-	124
Lucro líquido do exercício	-	-	-	57.531	57.531
Saldos em 31 de dezembro de 2015	199.981	66.004	139	(208.297)	57.827
Saldos em 1º de janeiro de 2016	199.981	66.004	139	(208.297)	57.827
Aumento de capital	50.000	-	-	-	50.000
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(53)	-	(53)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(23.866)	(23.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	249.981	66.004	86	(232.163)	83.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Atividades operacionais				
Resultado do exercício antes dos impostos	(25.690)	85.113	(25.676)	88.898
Ajuste de itens sem desembolso de caixa				
Depreciação e amortização	17.561	16.223	17.561	16.223
Resultado de equivalência patrimonial	(25)	3.194	-	-
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	(2.551)	195	(2.551)	195
Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	(235)	(40)	(235)	(40)
Resultado das operações descontinuadas	(11.294)	1.381	(11.294)	1.381
Provisão para contingências	1.205	4.333	1.205	4.333
Reduções parcelamento Lei nº 12.996/14	-	(66.514)	-	(66.514)
Crédito de IPI Aliq. Zero	(10.851)	-	(10.851)	-
Juros parcelamentos	17.245	16.142	17.245	16.142
Outras provisões	(1.844)	871	(1.844)	871
Créditos obtidos em decisões judiciais	(6.304)	(1.938)	(6.304)	(1.938)
Variações monetárias e cambiais líquidas	43.989	52.968	43.989	53.331
Ajustes de capital de giro:				
Redução/ (aumento) das contas a receber	22.644	23.024	22.712	21.161
Redução/ (aumento) bancos contas vinculadas	7.082	(3.409)	7.082	(3.409)
Redução/ (aumento) dos estoques	28.797	(32.418)	28.796	(32.676)
Redução/ (aumento) impostos a recuperar	43.667	(11.702)	43.658	(11.704)
Redução/ (aumento) pagamentos antecipados	(456)	(176)	(456)	(176)
Imóveis para venda	-	63	-	63
Depósitos judiciais	(523)	(1.501)	(523)	(1.504)
Outras contas a receber	3.273	731	3.273	731
Contas a pagar a fornecedores	(40.424)	46.753	(40.765)	48.592
Impostos e contribuições a recolher	(589)	7.387	(644)	7.456
Obrigações trabalhistas	(793)	(5.571)	(793)	(5.571)
Adiantamentos de clientes	(2.891)	(1.573)	(2.891)	(1.573)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(22.980)	(16)	(23.087)
Outros	(1.586)	881	(1.580)	882
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais	79.407	111.437	79.098	112.067
Atividades de investimentos				
Aquisição do ativo imobilizado e intangível	(25.490)	(120.188)	(25.490)	(120.188)
Recebimento venda ativo imobilizado	8.950	866	8.950	866
Ajuste acumulado de conversão	(52)	124	(52)	124
Aplicações financeiras	(177)	(76)	(177)	(76)
Investimentos	51	(2.608)	(2)	(2)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento	(16.718)	(121.882)	(16.771)	(119.276)
Atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	266.880	341.974	266.880	341.974
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(289.844)	(321.238)	(289.844)	(323.643)
Amortizações de juros de empréstimos e financiamentos	(33.136)	(19.343)	(33.136)	(19.419)
Captação com Debêntures	100.000	-	100.000	-
Amortizações de Debêntures	(93.028)	(31.026)	(93.028)	(31.026)
Amortizações de juros de Debêntures	(29.472)	(18.558)	(29.472)	(18.558)
Aumento de capital	50.000	-	50.000	-
Operações com partes relacionadas	120	670	-	-
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(28.480)	(47.521)	(28.600)	(50.672)
Variação líquida equivalentes a caixa	34.208	(57.966)	33.727	(57.881)
Equivalentes a caixa no início do exercício	13.912	71.878	14.456	72.337
Equivalentes a caixa no fim do exercício	48.120	13.912	48.183	14.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre o Grupo

Fundada em 1966, a Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Criciúma, SC, Brasil, controladora direta da empresa Cerâmica Portinari S.A. (denominadas em conjunto como “Grupo” ou “Consolidado”).

A Companhia e sua controlada têm como atividade preponderante a fabricação e o comércio de revestimentos cerâmicos realizada através de suas três unidades industriais presentes em Santa Catarina e Minas Gerais.

No decorrer dos anos a Companhia vem trabalhando na melhoria de seu equilíbrio financeiro, e nesse contexto, vem fortalecendo suas ações estratégicas, e gerindo rigorosamente seus custos e despesas.

A Companhia vem negociando operações para o alongamento do perfil de seu endividamento bancário, com redução nas taxas de endividamento a fim de melhorar seu capital circulante líquido, assim como busca a liquidação de ativos não operacionais.

Em dezembro de 2016, com objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia emitiu novas debêntures (6ª emissão) no montante de R\$ 100.000, sendo parte desses recursos utilizados para quitação do saldo da 4ª e 5ª emissão de debêntures. A 6ª emissão prevê carência de 12 meses e amortizações em parcelas trimestrais.

Ainda em dezembro, houve um aporte de capital pela sua acionista Waterloo Empreendimentos e Participações S.A., no montante de R\$ 50.000.

Adicionalmente, a Companhia continua confiante em sua estratégia de negócios e continuará com ações compensatórias a fim de minimizar os efeitos do contexto macroeconômico.

2 Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela diretoria em 02 de março de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. e suas controladas indicadas a seguir:

Nome empresarial	País sede	Relação	% participação	
			2016	2015
Cerâmica Portinari S.A.	Brasil	Direta	100%	100%
Cecrisa Uruguay S.A.	Uruguai	Indireta	100%	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo estas, a data na qual a Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. obtém o controle, e continuam a serem consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem os seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
 1. Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
 2. Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
 3. Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

- Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

3.3 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os outros ativos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos a receber de terceiros, os quais são classificados como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem o contas a receber de clientes, contas a receber de terceiros e aplicações financeiras.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu o registro do ajuste a valor presente.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia

sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado, bem como reversões de perdas.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera-se equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada

como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.9 Créditos com terceiros

Representam valores incontroversos, a serem recebidos da Eletrobrás decorrentes de ação judicial transitada em julgado, e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal.

3.10 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando considerados necessários pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.11 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios	40 anos
Máquinas e equipamentos	15 - 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 15 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros	até 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.12 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. São compostos por:

Marcas e patentes

Registrados pelo custo de registro ou de aquisição.

Softwares

Registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. Despesas com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuíveis ao software, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Direitos minerários

Os direitos minerários são amortizados com base no método das unidades produzidas. Em 2016 não houve produção de ativos minerários, conseqüentemente não foi contabilizado nenhuma amortização.

3.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o período de vigência das debêntures.

3.15 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções

fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.17 Imposto sobre vendas

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	4% a 20%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% (i)
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6% (ii)

- (i) Alguns produtos possuem alíquota de 5% a 15% de IPI, entretanto são exceções.
- (ii) Sobre importação incide adicional de 1% sobre a alíquota de COFINS.

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.18 Reconhecimento da receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia e suas controladas.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

3.19 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. O plano estabelecido pelo fundo de previdência é de contribuição definida. As obrigações por contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, desde que a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.20 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras e até a presente data não espera qualquer impacto significativo.

4 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Provisões para Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades	2.814	4.207	2.877	4.751
Equivalentes de caixa				
Banco Safra S.A.	567	-	567	-
Banco do Brasil S.A.	11.629	609	11.629	609
Caixa Econômica Federal	3.000	-	3.000	-
Banco Daycoval S.A.	4.245	-	4.245	-
Banco BBM S.A.	-	4.938	-	4.938
Banco Fibra S.A.	3.537	3.658	3.537	3.658
Banco ABC Brasil S.A	87	442	87	442
Banco Bradesco S.A.	22.241	58	22.241	58
	45.306	9.705	45.306	9.705
Total Caixa e equivalentes de caixa	48.120	13.912	48.183	14.456

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos (média de 81% do CDI) até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Banco Banrisul S.A.	791	627	791	627
Produzir (Goiás)	493	480	493	480
	1.284	1.107	1.284	1.107
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.284	1.107	1.284	1.107

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui o montante de R\$ 3.929 (R\$ 11.011 em dezembro de 2015) classificado como “bancos contas vinculadas” no ativo circulante, referente a valores já recebidos de clientes, todavia ainda não disponibilizados pela instituição financeira.

7 Clientes

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada abaixo:

Aging-list contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vencidos há mais de 365 dias	4.012	5.741	4.012	5.741
Vencidos até 365 dias	6.657	12.813	6.184	10.565
A vencer em até 90 dias	80.678	96.179	81.839	96.915
A vencer entre 91 e 180 dias	17.243	17.777	17.814	20.616
A vencer acima de 180 dias	2.461	1.185	2.461	1.185
	111.051	133.695	112.310	135.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.109)	(3.952)	(2.109)	(3.952)
	108.942	129.743	110.201	131.070
Circulante	107.819	129.249	109.078	130.576
Não circulante	1.123	494	1.123	494

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.952
Provisão constituída (revertida) no período	(1.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.109

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	97.712	112.208	97.712	112.208
Produtos em elaboração	7.702	10.283	7.702	10.283
Matérias primas	5.858	9.202	5.858	9.202
Materiais auxiliares	4.364	4.974	4.364	4.974
Importação em andamento	9.063	16.829	9.551	17.316
Provisão para perda com adiantamentos para importação	(1.175)	(1.175)	(1.175)	(1.175)
	123.524	152.321	124.012	152.808

9 Impostos a recuperar

Em 2015, a Companhia registrou um ativo proveniente de pagamentos de débitos extintos pela improcedência da ação rescisória movida pela União – Fazenda Nacional quanto aos créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados, no montante de R\$ 9.258, conforme descrito na nota explicativa nº 19c.

Em junho de 2016, após o trânsito em julgado da ação rescisória, assegurados os direitos da Companhia na forma da ação originária em que obteve ganho quanto ao aproveitamento dos créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados, foram realizadas reuniões com a Receita Federal do Brasil – RFB visando a dar seguimento ao aproveitamento dos créditos por via administrativa. Em função das orientações da RFB, validada por opinião dos assessores jurídicos da Companhia, ficou definido que a alternativa de aproveitamento do crédito original, no montante de R\$ 86.324, mediante compensação com débitos vincendos resultaria em uma aceleração no nexa temporal de aproveitamento dos créditos, em comparação à revisão de parcelamento de débitos federais que decorreu da decisão que havia sido obtida pela União – Fazenda Nacional na ação rescisória, a qual impedia a utilização dos créditos conforme descrito na nota explicativa nº 19c.

Como consequência da alternativa adotada pela Companhia, os parcelamentos em questão continuarão sendo pagos normalmente, e a Companhia reconheceu os correspondentes reflexos contábeis, ajustando os valores dos créditos integralmente no ativo e recompondo o saldo do parcelamento antes mencionado.

A alternativa adotada pela Companhia também teve como reflexo um acréscimo patrimonial em função de ajustes no cálculo dos créditos que serão compensados. A contrapartida desses valores, decorrentes de ganho do processo em questão, foi contabilizada na rubrica de outras receitas e despesas operacionais e está demonstrada na nota explicativa nº 25.

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	3.547	5.180	3.521	6.710	3.547	5.180	3.521	6.710
IPI	1.037	-	1.154	-	1.037	-	1.154	-
IRRF	1.504	-	-	-	1.504	-	-	-
PIS/ COFINS	-	2.129	-	102	-	2.129	-	102
Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e NT.	41.139	-	-	9.258	41.139	-	-	9.258
Outros impostos	36	-	429	-	57	-	441	-
	47.263	7.309	5.104	16.070	47.284	7.309	5.116	16.070

No decorrer do ano de 2016, A Companhia compensou o montante de R\$ 47.177 de tributos federais com o crédito de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados reconhecido. O saldo remanescente após as compensações, é atualizado pela taxa Selic.

Movimentação:

	<u>Crédito de IPI</u> <u>2016</u>
Saldo inicial	86.324
Atualização monetária	1.992
Compensações	<u>(47.177)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>41.139</u></u>

10 Créditos com terceiros

A Companhia patrocinou ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras, visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei nº 4.156/62.

Em dezembro de 2016, a Companhia atualizou os créditos já reconhecidos, no valor de R\$4.498.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía o montante de R\$ 34.884 (R\$ 30.386 em 31 de dezembro de 2015), individual e consolidado, referente a créditos relativos à correção monetária do empréstimo compulsório Eletrobras. O referido crédito está classificado no ativo não circulante, em razão da expectativa de recebimento, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia ser superior a 12 meses.

11 Impostos diferidos

Natureza dos ativos	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo fiscal	10.419	-	11.998	1.584
Base de cálculo negativa da contribuição social	3.750	-	4.319	570
Adições temporárias				
Provisão para contingências passivas	5.313	4.903	5.313	4.903
Reversão/ Provisão para perdas por desvalorização de ativos - impairment	18.574	19.163	18.574	19.163
Outras adições temporárias	(676)	2.256	(714)	2.211
	<u>37.380</u>	<u>26.322</u>	<u>39.490</u>	<u>28.431</u>
Natureza dos passivos				
Ajuste depreciação (benefício Lei do Bem)	(29)	(33)	(29)	(33)
Ajuste depreciação (pela vida útil dos bens)	(8.870)	(7.059)	(8.870)	(7.059)
Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	(47.124)	(50.316)	(47.124)	(50.316)
	<u>(56.023)</u>	<u>(57.408)</u>	<u>(56.023)</u>	<u>(57.408)</u>
Total	<u>(18.643)</u>	<u>(31.086)</u>	<u>(16.533)</u>	<u>(28.977)</u>
Total ativo	-	-	2.110	2.109
Total passivo	18.643	31.086	18.643	31.086

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

A Companhia apresenta os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

12 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

A Companhia é controlada pela Waterloo Empreendimentos e Participações S.A. A parte controladora final da Companhia é a Vinci Capital Partners II D Fundo de Investimento em Participações.

b. Remuneração de pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 5.670, e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

A Companhia e sua controlada não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

c. Outras transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 as operações com partes relacionadas referem-se a contas a receber, no montante de R\$ 474 (R\$ 2.255 em 31 de dezembro de 2015), e contas a pagar no montante de R\$ 1.451 (R\$ 1.523 em 31 de dezembro de 2015), junto à controlada Cerâmica Portinari S.A..

Ainda em dezembro de 2016, a Companhia possui operações de empréstimos com partes relacionadas junto à controlada indireta Cecrisa Uruguay S.A., no montante de R\$ 790 (R\$ 670 em 31 de dezembro de 2015), sendo que em 2016, a Companhia reconheceu um resultado positivo, no montante de R\$ 201 de variação cambial, e um resultado negativo, no montante de R\$ 28 de juros.

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participação em controladas	3.853	3.880	-	-
Outros investimentos	465	463	465	463
	4.318	4.343	465	463

a. Participação em empresas controladas

A Companhia reconheceu o resultado positivo de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2016 (resultado negativo de R\$ 3.194 em 31 de dezembro de 2015) de equivalência patrimonial em controlada.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras na Companhia controlada.

	Cerâmica Portinari S.A.	
	2016	2015
Participação (%)	100,00	100,00
Quantidade de ações	75.601	75.601
Ativos circulantes	3.183	5.156
Ativos não circulantes	2.472	2.365
Total de ativos	5.655	7.521
Passivos circulantes	1.802	3.641
Passivos não circulantes	-	-
Total de passivos	1.802	3.641
Patrimônio líquido	3.853	3.880
Receitas	4.515	7.303
Despesas	(4.490)	(10.497)
Resultado do período	25	(3.194)

b. Movimentação do saldo:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.880
Equivalência patrimonial	25
Ajuste acumulado de conversão	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.853

14 Imobilizado

	Controladora e Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.665	152.026	392.275	3.589	3.410	2.752	139.109	30.014	733.840
Adições	-	-	-	-	-	-	29.282	-	29.282
Baixas	(1.780)	(2.953)	(4.013)	(89)	(15)	(13)	(1.614)	-	(10.477)
Transferências	-	29.441	101.172	716	207	119	(138.092)	134	(6.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.885	178.514	489.434	4.216	3.602	2.858	28.685	30.148	746.342
Impairment									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(997)	(25.029)	(30.334)	-	-	-	-	-	(56.360)
Baixas	-	-	137	-	-	-	-	-	137
Transferências	-	-	212	-	-	-	-	-	212
Depreciação	-	-	1.382	-	-	-	-	-	1.382
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(997)	(25.029)	(28.603)	-	-	-	-	-	(54.629)
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(49.301)	(224.446)	(2.326)	(2.775)	(2.378)	-	(28.093)	(309.319)
Baixas	-	897	2.645	84	12	14	-	-	3.652
Depreciação no período	-	(2.679)	(14.081)	(442)	(96)	(136)	-	(1.472)	(18.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(51.083)	(235.882)	(2.684)	(2.859)	(2.500)	-	(29.565)	(324.573)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	9.668	77.696	137.495	1.263	635	374	139.109	1.921	368.161
Em 31 de dezembro de 2016	7.888	102.402	224.949	1.532	743	358	28.685	583	367.140

Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Controladora e Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.665	151.454	386.666	3.167	3.190	2.728	29.776	30.014	617.660
Adições	-	-	-	-	-	-	121.245	-	121.245
Baixas	-	(712)	(3.429)	(301)	(26)	(227)	(196)	-	(4.891)
Transferências	-	1.284	9.038	723	246	251	(11.716)	-	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.665	152.026	392.275	3.589	3.410	2.752	139.109	30.014	733.840
Impairment									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(997)	(25.908)	(33.388)	-	-	-	-	-	(60.293)
Adições	-	-	(9)	-	-	-	-	-	(9)
Baixas	-	-	1.187	-	-	-	-	-	1.187
Transferências	-	-	61	-	-	-	-	-	61
Depreciação	-	879	1.814	-	-	-	-	-	2.693
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(997)	(25.029)	(30.334)	-	-	-	-	-	(56.361)
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(46.361)	(213.455)	(2.263)	(2.721)	(2.413)	-	(25.557)	(292.770)
Baixas	-	207	2.140	294	24	227	-	-	2.892
Transferências	-	-	22	-	-	-	-	-	22
Depreciação no período	-	(3.147)	(13.153)	(357)	(78)	(192)	-	(2.536)	(19.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(49.301)	(224.446)	(2.326)	(2.775)	(2.378)	-	(28.093)	(309.319)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2014	9.668	79.185	139.823	904	469	315	29.776	4.457	264.597
Em 31 de dezembro de 2015	9.668	77.696	137.495	1.263	635	374	139.109	1.921	368.161

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia registrou os efeitos da mais valia do seu ativo imobilizado, decorrente da reavaliação de imóveis e equipamentos e instalações industriais. Em 2010, quando da adoção inicial dos CPCs, a Companhia utilizou a opção do ICPC 10, de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2007 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

As análises de recuperação de ativos são realizadas anualmente pela Companhia, ou quando há indicativos de mudança relevante de premissas.

Abaixo se apresentam as taxas de depreciação utilizadas:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (Em %)
Imóveis	2,5
Equipamentos e instalações industriais	5 a 10
Móveis e utensílios	10 a 25
Veículos	20

Impairment

A Companhia estimou o valor recuperável de suas UGC em 31 de dezembro de 2016. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, a partir de projeções elaboradas com base no histórico e orçamento da Companhia. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável por meio do método do fluxo de caixa descontado estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Companhia em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, e considerados no orçamento aprovado pela administração da Companhia para o ano-calendário 2017.

Em percentual	Controladora e Consolidado
	2016
Taxa de desconto	16,16%
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,50%
Resultado Operacional após impostos s/Receita Líquida de Vendas (média dos últimos 5 anos)	7,68%

A taxa de desconto decorre do Custo Médio Ponderado de Capital para unidades geradoras de caixa semelhantes às da Companhia. Tal taxa foi estimada após impostos com base na taxa média de custo de capital de empresas que integram segmento de mercado (em mercados emergentes) em que a UGC opera, refletindo expectativas racionais de participantes do mercado de capitais sobre unidades geradoras de caixa no segmento, considerando o custo médio de capital de terceiros do segmento, de 3,98% a.a. em Dólares norte americanos. O custo médio ponderado de capital antes dos impostos necessário para refletir as expectativas de praticantes de mercado seria de 21,37%, equivalente à taxa pós impostos de 16,16%.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi estimada com base no teto da meta de inflação comunicada pelo Banco Central do Brasil (6.5% a.a.), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O resultado operacional após impostos projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.

O valor recuperável estimado para as UGC da Companhia em 2016 pode ser assim evidenciado:

	Valor recuperável	Valor de venda	Imobilizado	Provisão	Valor Contábil
Unidade 2	80	27.520	35.450	(7.930)	27.520
Unidade 3	310	29.010	57.112	(28.102)	29.010
Outsourcing	17.090	-	760	-	760
Unidade 5	150.660	-	78.219	-	78.219
Unidade 6	331.400	-	222.949	-	222.949
Unidade 8	(10)	32.691	51.288	(18.597)	32.691
Total	499.530	89.221	445.778	(54.629)	391.149

Dessa forma, para a Unidade 5 e Unidade 6 não há provisão de impairment constituída, sendo que o saldo acumulado da provisão, considerando as demais unidades, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 54.629 (R\$ 56.361 em 31 de dezembro de 2015).

Imobilizado dado como garantia em empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016, alguns bens imóveis estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

15 Intangível

	Controladora e Consolidado					Total
	Marcas e patentes	Pesquisa e desenvolvimento	Sistema de informática	Direito de uso de telefone	Ativos minerários	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	607	58	8.580	75	19.533	28.853
Adições	-	-	3.495	-	-	3.495
Baixas	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	607	58	12.074	75	19.533	32.347
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(189)	(56)	(7.285)	-	(100)	(7.630)
Baixas	-	-	1	-	-	1
Amortização no período	-	(3)	(706)	-	-	(709)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(189)	(59)	(7.990)	-	(100)	(8.338)
Valor contábil						
Em 31 de dezembro de 2015	418	2	1.295	75	19.433	21.223
Em 31 de dezembro de 2016	418	(1)	4.084	75	19.433	24.009

16 Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais ponderados	Controladora e Consolidado	
		Circulante	
		2016	2015
Moeda estrangeira			
. FINIMP	5,04%	-	15.438
. Nota/ Cédula de crédito de exportação	8,14%	7.013	6.069
. Lei 4.131	16,58%	1.072	25.756
. Adiantamentos de contratos de câmbio	4,99%	28.307	22.519
. Adiantamentos cambiais entregue	3,76%	7.726	-
		<u>44.118</u>	<u>69.782</u>
Moeda nacional			
. Vendor	24,16%	10.988	17.619
. Nota/ Cédula de crédito de exportação	19,45%	59.270	49.078
. Progeren	10,88%	-	4.340
. FINEP (a)	8,26%	23.196	4.748
. BRDE (b)	11,50%	3.761	3.293
. Capital de giro	20,25%	5.141	5.050
. FINAME	6,55%	2.848	1.114
		<u>105.204</u>	<u>85.242</u>
		<u>149.322</u>	<u>155.024</u>
		<u>149.322</u>	<u>155.024</u>
	Encargos anuais ponderados	Controladora e Consolidado	
		não circulante	
		2016	2015
Moeda estrangeira			
. Nota/ Cédula de crédito de exportação	8,14%	2.493	-
. Lei 4.131	17,76%	-	7.458
		<u>2.493</u>	<u>7.458</u>
Moeda nacional			
. Nota/ Cédula de crédito de exportação	19,47%	30.821	43.389
. FINEP (a)	8,26%	35.276	27.203
. BRDE (b)	11,50%	2.729	6.369
. Capital de giro	20,25%	1.104	5.495
. FINAME	6,55%	13.214	15.695
. Produzir	10,00%	457	457
		<u>83.601</u>	<u>98.608</u>
		<u>86.094</u>	<u>106.066</u>
		<u>86.094</u>	<u>106.066</u>

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3,9048 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos consolidados estão garantidos por aplicações financeiras, cessão fiduciária de títulos, notas promissórias, bens do ativo imobilizado, aval e fiança dos diretores da Companhia e possuem vencimentos até janeiro de 2025.

a. FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

Em abril de 2010, a Companhia celebrou um contrato com a FINEP, no montante de R\$ 13.953, com juros de 10% a.a. com carência de 20 meses e prazo de amortização de 81 meses. Para este contrato foi apresentada uma Carta de Fiança Bancária com custo de 1,5% a.a. Em 31 de dezembro o saldo desta operação era R\$ 3.374.

Em julho de 2014 a Companhia celebrou um novo contrato junto à FINEP no valor total de R\$79.561, sendo corrigido pela TJPL + 0,50% a.a. e cuja primeira parcela no valor de R\$ 27.846 foi liberada em outubro de 2014. Em março de 2016 o FINEP liberou a segunda parcela do financiamento no valor de R\$ 36.598. Para esta parcela foi apresentada uma Carta Fiança Bancária com custo anual de 2,5% a.a.

Os valores recebidos estão sendo utilizados para desenvolvimento de projeto voltado ao plano estratégico, buscando a inovação do processo de produção por via úmida, ampliando a possibilidade de produção de revestimentos cerâmicos pela Companhia. Adicionalmente, busca-se otimizar o processo de planejamento criativo e os processos de tratamentos de resíduos industriais.

Os recursos oriundos da FINEP são gastos de acordo com o plano de trabalho e cronograma de desembolso do projeto, regido pelas diretrizes estipuladas no acordo entre as partes.

b. BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul)

Em abril de 2001, a Companhia celebrou contrato com o BRDE, no montante de R\$ 35.218, com carência de 24 meses e 120 parcelas mensais e sucessivas com taxa de juros TJPL + 4% a.a. Para esta operação foram dados em garantias imóveis e equipamentos.

Em 25 de março de 2010, a Companhia renegociou o referido contrato, no montante de R\$ 41.459, para pagamento em 91 parcelas mensais, mantendo as mesmas taxas de juros do contrato original. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato era R\$ 6.490.

c. Movimentação

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	261.090	228.120
Variação cambial	(13.205)	25.034
Captações	266.880	341.974
Provisões de juros	31.144	17.914
Amortizações de juros	(33.136)	(19.419)
Amortizações	(289.844)	(323.643)
Derivativos	12.487	(8.890)
Saldo no final do exercício	235.416	261.090

17 Debêntures

Em setembro de 2012, a Companhia concluiu a 4ª emissão de R\$ 90.000 em debêntures não conversíveis em ações. Esta emissão fez parte do plano da empresa para reduzir seu custo de financiamento, alongando seu passivo. A emissão teve o Banco Itaú BBA S.A. como Coordenador Líder e o Banco Bradesco BBI como Coordenador. O custo foi de CDI + 2,35% a.a, com um prazo de 4 anos. Para estruturar esta emissão os coordenadores receberam 1% de comissão o que totalizou R\$ 900. O referido contrato contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, a manutenção de determinados índices financeiros, sendo eles (i) Dívida Financeira Líquida/Ebitda e (ii) Dívida Financeira Líquida + Parcelamento de Impostos/Ebitda. Para a 4ª emissão, a garantia sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures não amortizado constitui-se por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia.

Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou sua 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 90.000, sendo estas não conversíveis em ações. Esta emissão faz parte do plano da empresa para reduzir seu custo de financiamento, alongando seu passivo. A emissão teve o Banco Bradesco BBI como Coordenador Líder e os Bancos Itaú BBA, Santander e Votorantim como Coordenadores. O custo foi de CDI+2,85% a.a, com um prazo de 5 anos, sendo 1 ano de carência.

Para a 5ª emissão, a garantia sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures não amortizado constitui-se por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, à razão de 25% do referido saldo + alienação fiduciária dos imóveis e equipamentos das Unidades produtivas de Santa Luzia - MG e de Tubarão-SC.

Para estruturar esta emissão os Coordenadores receberam 2% de comissão o que totalizou R\$1.960. O referido contrato contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, a manutenção de determinados índices financeiros, sendo eles (i) Dívida Financeira Líquida/Ebitda e (ii) Dívida Financeira Líquida + Parcelamento de Impostos/Ebitda.

Em dezembro de 2016, a Companhia emitiu novas debêntures (6ª emissão) no valor de R\$100.000. Esta emissão prevê carência de 12 meses e amortizações de principal + juros em 17 parcelas trimestrais. Para esta operação a taxa de juros é a variação anual do CDI + 4,50% a.a. e a comissão aos coordenadores foi de 2,5% que representa R\$ 2.500.

A garantia sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures constitui-se por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia, à razão de 26% do referido saldo + alienação fiduciária dos imóveis das Unidades produtivas de Santa Luzia-MG e de Tubarão-SC, além dos equipamentos da Unidade produtiva de Santa Luzia - MG.

Os recursos desta emissão foram utilizados para liquidar o saldo da 4ª e 5ª emissão de debêntures da Companhia.

O referido contrato contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, a manutenção de determinados índices financeiros, sendo eles (i) Dívida Financeira Líquida/Ebitda e (ii) Dívida Financeira Líquida + Parcelamento de Impostos/Ebitda e (iii) Ebitda/ Despesas Financeiras, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2016.

Os termos e condições das debêntures em aberto estão apresentados a seguir:

			Controladora e Consolidado	
	Encargos	Vencimento final	2016	2015
Em moeda nacional				
Debêntures	CDI + 2,35% a.a.	Agosto de 2016	-	19.345
Debêntures	CDI + 2,85% a.a.	Dezembro de 2019	-	87.024
Debêntures	CDI + 4,50% a.a.	Dezembro de 2021	97.431	-
Circulante			3.869	41.608
Não circulante			93.562	64.761

Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	106.369	136.680
Captações	100.000	-
Provisões de juros	13.562	19.273
Amortizações de juros	(29.472)	(18.558)
Amortizações	(93.028)	(31.026)
Saldo no final do exercício	97.431	106.369

18 Cessão de crédito de fornecedores

Refere-se a operações de cessão de crédito de fornecedores (risco sacado) com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

19 Obrigações tributárias

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INSS / SESI / SENAI	7.726	-	3.002	-	7.726	-	3.002	-
PIS e COFINS	2.033	-	1.099	-	2.033	-	1.099	-
ICMS corrente	7.526	-	6.056	-	7.526	-	6.056	-
ICMS parcelado	3.170	1.751	1.351	942	3.170	1.751	1.351	942
IR e CS	-	-	18.916	-	-	-	18.986	-
Outras contribuições	1.578	-	2.515	-	1.594	-	2.516	-
Parcelamento Lei nº 12.996/14	10.553	136.159	9.315	132.276	10.553	136.159	9.315	132.276
Parcelamento Lei nº 10.522/02	4.633	16.998	-	-	4.633	16.998	-	-
Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e NT (c)	-	-	-	(66.215)	-	-	-	(66.215)
	<u>37.219</u>	<u>154.908</u>	<u>42.254</u>	<u>67.003</u>	<u>37.235</u>	<u>154.908</u>	<u>42.325</u>	<u>67.003</u>

a. Movimentação dos parcelamentos

	Controladora e Consolidado	
	Lei nº 12.996/14	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	75.376	136.909
Reduções do parcelamento	-	(299)
Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e NT (c)	66.215	(66.215)
Atualização monetária	15.866	15.532
Pagamentos	<u>(10.745)</u>	<u>(10.551)</u>
Saldo no final do exercício	<u>146.712</u>	<u>75.376</u>
(-) Saldo não circulantes	<u>(136.159)</u>	<u>(66.061)</u>
Total do circulante	<u>10.553</u>	<u>9.315</u>

b. Parcelamento Lei nº 12.996/14

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia desistiu do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e aderiu ao parcelamento da Lei nº 12.996/14.

Dessa forma houve desistência das três modalidades da Lei nº 11.941/09: aproveitamento indevido de IPI, reparcimento da RFB demais débitos e reparcimento RFB débitos previdenciários.

O reparcelamento pela Lei nº 12.996/14 se deu em duas modalidades, sendo que os débitos de IPI e demais débitos da RFB englobam uma única, e a outra engloba RFB débitos previdenciários. O referido parcelamento concedia a redução de multas e juros de acordo com a modalidade e o disposto na Lei, e, devido ao montante do débito exigiu o adiantamento de 20% do montante da dívida, que foram parcelados em 5 prestações. Não houve tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais. O saldo do novo parcelamento foi efetuado em 180 parcelas mensais, sendo atualizado pela SELIC.

c. Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados

A Companhia, em 2004, obteve decisão transitada em julgado, favorável ao aproveitamento de “Créditos de IPI Alíquota Zero, Não Tributados e Isentos” sobre insumos. Naquele ano, após essa sentença e o aproveitamento dos créditos por parte da Companhia, a União Federal ingressou com ação rescisória, c/c medida cautelar para suspender os direitos obtidos na ação originária, visando reverter a decisão que beneficiou a Companhia. A partir de então, a RFB passou a glosar as compensações de débitos efetuadas. Essa ação rescisória estava fundamentada em uma tendência de mudança de entendimento do STF sobre os créditos de IPI, a qual se confirmou em 2007.

Em 2010 o TRF da 1ª Região julgou procedente a ação rescisória e a medida cautelar, retroagindo os efeitos desta última a data do ajuizamento da mesma em 2004. Assim, a par de a RFB haver constituído os créditos aproveitados pela Companhia desde 2004, com o julgamento da ação rescisória e, sobretudo, da medida cautelar em 2010, as glosas tornaram-se exigíveis já que o direito da Companhia fora suspenso pela decisão do TRF1ªR. A Companhia interpôs recursos contra a decisão do TRF1ªR, os mesmos foram sobrestados para aguardar o julgamento da questão relativa a possibilidade de rescisão em razão da análise do tema pelo STF.

Por conta deste contexto jurídico, a Companhia incluiu os débitos, cujas compensações não foram aceitas pelo Fisco, em diversos programas de parcelamento com o objetivo de minimizar o prejuízo em caso de perda da discussão judicial. Nesse interim, como expostos, o tema relativo ao cabimento da ação rescisória em função de mudança posterior de entendimento dos tribunais superiores era objeto de repercussão geral reconhecida pelo STF, no âmbito do RE 590.809/RS em 2008.

Como consequência da repercussão geral da matéria, o julgamento final da ação rescisória contra a Companhia ficou suspenso até o julgamento do RE 590.809/RS, o que ocorreu em novembro de 2014, com desfecho favorável ao não cabimento da ação rescisória. Após esta decisão, a Companhia já possuía o entendimento que a ação rescisória da União Federal finalmente seria julgada improcedente pela reforma do julgamento do TRF1ªR, mas a certeza só ocorreu com a decisão proferida em março de 2015, ordenando que o processo retornasse a origem para juízo de adequação conforme decisão do RE 590.809/RS.

A partir do julgamento do RE 590.809/RS, a opinião dos assessores jurídicos foi de que a chance de que a ação rescisória da União Federal contra a Companhia fosse julgada improcedente era praticamente certa, fato este corroborado pelo julgamento em recurso de adequação pelo TRF1ªR em 17/02/2016 com trânsito em julgado da ação rescisória publicado em 28 de março de 2016.

Em 2015, a Companhia, com base no estágio do processo e pautado na opinião de seus assessores jurídicos, registrou um ativo referente aos débitos pagos nos parcelamentos no montante de R\$9.258, e reverteu todo passivo tributário em aberto no parcelamento da Lei nº 12.996/14 no

montante de R\$ 66.215, inclusive reconheceu o direito das parcelas já quitadas, referente a ação rescisória de Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e Não Tributados.

Em 2016, após o trânsito em julgado da ação ocorrido no mês de março, com base em reuniões realizadas junto à RFB e opinião dos assessores jurídicos (vide nota explicativa nº 9), a Companhia optou por forma alternativa de aproveitamento do crédito.

Amparada por opinião de seus advogados, a Companhia optou pelo aproveitamento integral dos créditos atualizados na forma da ação originária, pois o aproveitamento entre o período de 2004 até fevereiro de 2016 (julgamento final da rescisória) estava suspenso por força das decisões obtidas na ação rescisória e na medida cautelar. A consequência inicialmente prevista com o desfecho da ação judicial em análise, no sentido de revisão do parcelamento Lei nº 12.996/14, cujos reflexos constam nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2015 se mostrou menos vantajosa para a Cecrisa do que a possibilidade de compensação dos créditos. Diante deste posicionamento, a Companhia após contatos com a própria RFB, protocolou um pedido de habilitação de créditos em 29/06/2016. O deferimento da habilitação ocorreu na data de 29/08/2016, que gerou o processo de nº 0036796-15.1997.4.01.3400/DF, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

Reflexos da alternativa adotada	Controladora e Consolidado
	IPI ação rescisória
Ativo	2016
Pagamentos efetuados de PIS e COFINS Lei nº 11.941/09	(2.495)
Pagamentos efetuados a vista de notificações de IPI Insumos 2013 Lei nº 12.996/14	(6.763)
Crédito prêmio IPI Alíquota zero e não tributadas	86.324
Total	77.066
Passivo	
Reclassificação dívida parcelamento de IPI Lei nº 12.996/14	(66.215)
Total	(66.215)

Conforme informado na nota explicativa nº 9, a contrapartida dos reflexos do reconhecimento da alternativa de compensação adotada foi contabilizada na rubrica de outras receitas operacionais, demonstrada na nota explicativa nº 25, e no resultado financeiro.

20 Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

A Companhia possui ativos contingentes no montante de R\$ 29.630, que possuem provável entrada de benefícios econômicos. A Companhia aguarda o trânsito em julgado dessas ações para registrá-las contabilmente.

Passivos contingentes

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2016	2015	2016	2015
Provisões cíveis	1.992	1.864	5.208	3.344
Provisões trabalhistas	2.135	1.739	6.357	7.395
Provisões tributárias	61	61	2.887	2.507
	<u>4.188</u>	<u>3.664</u>	<u>14.452</u>	<u>13.246</u>

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Provisões	Controladora e Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.344	7.395	2.507	13.246
Adições (Reversões)	<u>1.864</u>	<u>(1.038)</u>	<u>380</u>	<u>1.206</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>5.208</u></u>	<u><u>6.357</u></u>	<u><u>2.887</u></u>	<u><u>14.452</u></u>

De acordo com seus assessores jurídicos, perdas nestas contingências estão classificadas conforme segue:

Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Perdas prováveis	14.452	13.246
Perdas possíveis	138.053	122.994
Perdas remotas	<u>725</u>	<u>9.291</u>
	<u><u>153.230</u></u>	<u><u>145.531</u></u>

Descrição dos principais processos classificados como provável e possível de perda:

Cíveis

As ações cíveis em andamento decorrem, em sua maioria, de demandas propostas por consumidores ou pessoas jurídicas sob alegação de vício em produto, cujo trâmite se dá na Justiça Estadual - Juizado Especial Cível e Comum. Existem, ainda, ações visando discutir contratos de representação comercial já rescindidos.

Trabalhistas

As contingências trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a horas extras, adicional noturno, reconhecimento de relação de emprego, intervalo intrajornada e outras.

Tributárias

a) IRPJ e CSLL parcelamento Lei nº 11.941/09

Em 2014 a Companhia recebeu auto de infração no montante de R\$ 58.896, para exigir IRPJ e CSLL em razão da não tributação da receita gerada quando da adoção do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e da não adição de despesas financeiras na apuração de 2009. O referido auto está sendo discutido pela Companhia na esfera administrativa e na opinião dos seus assessores jurídicos possui expectativa de perda possível.

b) ICMS acréscimo financeiro

A Companhia ingressou com ação anulatória para anular a Glosa de crédito utilizado proveniente do ICMS Acréscimo Financeiro que a empresa utilizou devido a ação declaratória que transitou em julgado em 2003, no montante de R\$ 20.000.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Sócios	Ações em 2016		Ações em 2015	
	Ordinárias	% do capital social	Ordinárias	% do capital social
Waterloo Empreendimentos e Participações S.A.	2.184.173	77,39%	1.488.991	70,00%
Outros	638.139	22,61%	638.139	30,00%
	2.822.312	100,00%	2.127.130	100,00%

Em dezembro de 2016, houve um aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 695.182 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 50.000. As ações foram totalmente subscritas por Waterloo Empreendimentos e Participações S.A., que tem como acionista a Vinci Capital Partners II D Fundo de Investimento em Participações, com isso houve a diluição do capital social entre os acionistas, passando a Waterloo a possuir 77,39% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2016, as 2.822.312 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

b. Reserva de capital

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 1.215.503 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Decorrente do aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 200.000, ocorrida em 02 de julho de 2012.

22 Plano de Previdência Privada

A Companhia possui um programa de previdência privada administrado pela BrasilPrev, denominado “Renda Total PGBL Cecrisa”. O plano é classificado como contribuição definida, encerrando a obrigação da Companhia após o desligamento do colaborador. Durante o exercício de 2016 foi apropriado no resultado, gastos com contribuições ao plano de previdência, no valor de R\$ 145 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2015).

23 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de venda de produtos	749.307	808.430	751.451	811.177
Deduções de vendas				
Impostos	(149.139)	(155.766)	(149.139)	(155.766)
Cancelamentos	(45.587)	(48.405)	(45.587)	(50.003)
Devoluções	(9.101)	(7.625)	(9.101)	(6.188)
	(203.827)	(211.796)	(203.827)	(211.957)
Receita operacional líquida	545.480	596.634	547.624	599.220

24 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	395.823	399.876	397.532	401.508
Despesas comerciais	76.679	76.402	76.836	76.552
Despesas gerais e administrativas	31.445	26.628	31.474	26.780
	503.947	502.906	505.842	504.840
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mão de obra e serviços de terceiros	87.127	73.440	87.130	72.859
Gastos com materiais e outros	216.772	232.109	218.482	235.143
Energia	69.833	71.268	69.833	70.673
Gastos gerais de produção	26.354	27.039	26.354	26.813
Comissões sobre vendas	16.016	20.061	16.021	20.061
Salários e ordenados	43.445	41.083	43.445	41.083
Outras despesas comerciais	35.414	32.483	35.566	32.633
Outras despesas administrativas	8.986	5.423	9.011	5.575
	503.947	502.906	505.842	504.840
	503.947	502.906	505.842	504.840

25 Outras receitas (despesas) operacionais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Valor residual do ativo imobilizado vendido		2.551	195	2.551	195
Reclamações trabalhistas		(3.464)	(2.220)	(3.464)	(2.220)
Reclamações cíveis		(271)	(904)	(301)	(904)
Provisões trabalhistas	20	1.038	(3.324)	1.038	(3.324)
Provisões cíveis	20	(1.864)	(664)	(1.864)	(664)
Reduções parcelamento Lei nº 12.996/14	19b	-	299	-	299
Créditos de IPI sobre Insumos Alíquota Zero e NT	9 e 19c	21.282	61.936	21.282	61.936
Reversão provisão p/ perdas de imobilizado ("impairment")	14	235	40	235	40
Crédito ICMS Construtoras		5.792	-	5.792	-
Outras		1.257	(2.222)	1.251	(2.392)
		<u>26.556</u>	<u>53.136</u>	<u>26.520</u>	<u>52.966</u>

26 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	22.330	8.563	22.330	8.737
Varição cambial - Contas a receber	3.424	7.459	3.723	8.291
Varição cambial - Fornecedores	11.065	12.132	11.641	12.496
Varição cambial - ACC	-	37	-	37
Varição cambial - ACE	340	96	341	122
Varição cambial - Partes relacionadas	350	21	500	62
Ganhos com derivativos	18.616	12.056	18.616	12.056
PIS/ COFINS sobre receitas financeiras	(401)	(368)	(401)	(368)
Juros ativos	10.133	8.807	10.133	8.807
Rendimento aplicação financeira	1.225	620	1.225	620
Descontos ativos	254	589	254	647
Outras	3	-	32	-
	<u>67.339</u>	<u>50.012</u>	<u>68.394</u>	<u>51.507</u>

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	(9.315)	(32.915)	(9.315)	(33.427)
Varição cambial - Contas a receber	(6.550)	(3.316)	(7.102)	(3.559)
Varição cambial - Fornecedores	(4.634)	(15.475)	(4.897)	(15.971)
Varição cambial - ACE	(151)	(466)	(151)	(466)
Varição cambial - Partes relacionadas	(150)	(39)	(500)	(39)
Atualização de empréstimos e financiamentos	(62.397)	(43.894)	(62.397)	(43.968)
Atualização de impostos	(27.419)	(9.071)	(27.420)	(9.071)
Perdas com derivativos	(30.247)	-	(30.247)	-
Juros passivos fornecedores	(4.621)	(765)	(4.622)	(765)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(325)	(191)	(326)	(191)
Despesas com operações financeiras	(2.669)	(2.192)	(2.720)	(2.228)
Multas sobre tributos	(12.477)	(117)	(12.477)	(117)
Outras	(188)	(128)	(198)	(153)
	<u>(161.143)</u>	<u>(108.569)</u>	<u>(162.372)</u>	<u>(109.955)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e participações	(25.690)	85.113	(25.676)	88.898
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquotas nominais	8.735	(28.938)	8.730	(30.225)
Efeito dos impostos sobre:				
- Equivalência patrimonial	8	(1.086)	-	-
- Crédito Eletrobras Cerâmica Portinari S.A.	-	-	-	(3.605)
- Diferenças permanentes	535	1.531	534	1.552
Crédito (Débito) de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>9.278</u>	<u>(28.493)</u>	<u>9.264</u>	<u>(32.278)</u>
Impostos diferidos	9.278	(5.513)	9.280	(9.191)
Impostos correntes	-	(22.980)	(16)	(23.087)

28 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade, de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros.

b. Classificação dos instrumentos financeiros (posição consolidada)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	48.183	14.456
Aplicações financeiras	1.284	1.107
Contas a receber de clientes	110.201	131.070
Outras contas a receber	10.833	12.300
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	235.416	261.090
Fornecedores	98.585	139.349
Debêntures	97.431	106.369

c. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor Justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam dos seus valores justos.

d. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento de cerâmica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia opera com estoques reguladores desses insumos.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos pós-fixados				
Aplicações financeiras	1.284	1.107	1.284	1.107
Empréstimos e financiamentos	(207.909)	(226.205)	(207.909)	(226.205)
Parcelamentos federais	(146.712)	(75.376)	(146.712)	(75.376)
Debêntures	(97.431)	(106.369)	(97.431)	(106.369)
Instrumentos pré-fixados				
Empréstimos e financiamentos	(27.507)	(34.885)	(27.507)	(34.885)

f. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia à moeda estrangeira estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Contas a receber	17.599	21.326	18.858	24.908
Passivo				
Fornecedores	(14.220)	(41.700)	(15.214)	(43.103)
ACC	(28.307)	(22.519)	(28.307)	(22.519)
ACE	(7.726)	-	(7.726)	-
Empréstimos	(10.578)	(54.721)	(10.578)	(54.721)
Derivativos (notional)	23.188	72.178	23.188	72.178
	(20.044)	(25.436)	(19.779)	(23.257)

g. Sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade sobre seus empréstimos e financiamentos, parcelamentos tributários e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira.

O cenário base provável para dezembro de 2016, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil do dia 06/01/2017) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 2017 e as vigentes em dezembro de 2016. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros, índices flutuantes e variações cambiais consideradas no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa	Cenário	Cenário	Cenário
	31/12/2016	provável	possível Δ 25%	remoto Δ 50%
Dólar norte americano	3,3	3,45	4,31	5,18
CDI	13,63%	10,25%	12,81%	15,38%
SELIC	13,65%	10,25%	12,81%	15,38%

h. Sensibilidade variação de cotação de moeda estrangeira

	Saldo em 31.12.2016	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo				
Clientes	18.858	857	5.786	10.715
Derivativos	23.188	1.054	7.115	13.175
Passivo				
Empréstimos	(10.578)	(481)	(3.246)	(6.010)
ACC	(28.307)	(1.287)	(8.685)	(16.084)
ACE	(7.726)	(351)	(2.370)	(4.390)
Fornecedores	(15.214)	(692)	(4.668)	(8.644)
	(19.779)	(900)	(6.068)	(11.238)
	(19.779)	(900)	(6.068)	(11.238)

i. Sensibilidade taxas de juros e índices flutuantes

	Taxa	Saldo em 31.12.2016	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo					
Aplicações financeiras	10,25%	46.590	4.775	5.969	7.163
Passivo					
Empréstimos	10,25%	(207.909)	(21.311)	(26.638)	(31.966)
Parcelamento Lei nº 12.996/14	10,25%	(146.712)	(15.038)	(18.797)	(22.557)
Debêntures	10,25%	(97.431)	(9.987)	(12.483)	(14.980)
		(405.462)	(41.561)	(51.949)	(62.340)
		(405.462)	(41.561)	(51.949)	(62.340)

j. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui ainda a provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	48.120	13.912	48.183	14.456
Aplicações financeiras	1.284	1.107	1.284	1.107
Outras contas a receber	12.863	13.874	12.863	13.874
Contas a receber de clientes	108.942	129.743	110.201	131.070
	171.209	158.636	172.531	160.507

k. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. A tabela abaixo demonstra o cronograma de obrigações da Companhia:

	Controladora			
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	91.131	5.670	924	97.725
Instrumentos a taxas de juros:				
- pós-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	117.492	157.098	3.607	278.197
Debêntures	19.932	54.682	61.786	136.400
- pré-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	15.371	6.753	8.803	30.927
	243.926	224.203	75.120	543.249

	Consolidado			
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	90.689	6.971	925	98.585
Instrumentos a taxas de juros:				
- pós-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	117.492	157.098	3.607	278.197
Debêntures	19.932	54.682	61.786	136.400
- pré-fixadas				
Empréstimos e financiamentos	15.371	6.753	8.803	30.927
	243.484	225.504	75.121	544.109

l. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação; e buscar eficácia de custos, sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus profissionais.

m. Instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta a operação de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016, com os respectivos valores justos:

Tipo	Valor de		
	Referência (notional)	Valor justo	Ganho (Perda)
Contratos de "swap" para Dólar			
Banco Safra S.A.	667	640	27
Banco Original S.A.	6.938	7.398	(460)
Banco ABC Brasil	15.583	15.692	(109)
	<u>23.188</u>	<u>23.730</u>	<u>(542)</u>

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado com base em informações concedidas pelas contrapartes.

A Companhia contratou as operações de “Swap” para proteger seus fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano. Com essas operações a Companhia trocou o risco cambial por CDI + 2,95% a 6,04%. As operações de swap foram firmadas com as mesmas instituições de origem e a Companhia dispõe do direito de liquidar o instrumento principal e o derivativo em base líquida. Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que estes fluxos de caixa estarão expostos.

n. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de

debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

29 Operações descontinuadas

Em julho de 2015, a Companhia encerrou as atividades de produção de sua Unidade Industrial 2, localizada em Tubarão - SC.

Em abril de 2016, a Companhia encerrou as atividades de produção de sua Unidade Industrial 3, localizada em Anápolis - GO.

O encerramento das referidas Unidades Industriais se deu pela baixa demanda do mercado com relação aos produtos produzidos naquelas unidades, de menor valor agregado.

Em 2015 as unidades de Criciúma receberam investimentos e equipamentos com tecnologia de ponta em novas linhas de produção aumentando a capacidade produtiva da Companhia. Esses investimentos foram realizados aguardando um mercado aquecido. Como o mercado não correspondeu a expectativa, as unidades de Criciúma conseguirão absorver a atual demanda.

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Receitas	16.395	67.579
Despesas	(27.689)	(66.198)
Resultado das atividades operacionais	(11.294)	1.381
Imposto sobre o lucro	3.840	(470)
Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social	(7.454)	911



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.
Criciúma - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 02 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1